

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial - Consolidado

QUADRO 2 – Demonstração das mutações do patrimônio social – Consolidado

QUADRO 3 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

QUADRO 4 – Demonstração do ativo líquido – Benefício Definido

QUADRO 5 – Demonstração das mutações do patrimônio social – Benefício Definido

QUADRO 6 – Demonstração das Provisões Técnicas – Benefício Definido

QUADRO 7 – Demonstração do ativo líquido – Codeprev

QUADRO 8 – Demonstração das mutações do patrimônio social - Codeprev

QUADRO 9 – Demonstração das Provisões Técnicas - Codeprev

QUADRO 10 – Demonstração do ativo líquido – Benefício Saldado

QUADRO 11 – Demonstração das mutações do patrimônio social – Benefício Saldado

QUADRO 12 – Demonstração das Provisões Técnicas – Benefício Saldado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DF – 2019/008

Aos Administradores e Conselheiros da

Fundação São Francisco de Seguridade Social – São Francisco

Brasília - DF

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018, as respectivas Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as Demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e por plano de benefício da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO** (“Fundação”), em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião com ressalvas

- I. A Fundação em 31 de dezembro de 2018 possui investimentos no Fundo Ático Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Imobiliários no montante de R\$ 5.428 mil, que representa 0,67% do Patrimônio Social da Fundação. As últimas demonstrações financeiras auditadas apresentadas desse Fundo foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com abstenção de opinião, datado de 31 de janeiro de 2018, contendo limitações relacionadas aos seguintes assuntos: a) Avaliação do valor recuperável do imóvel: Conforme divulgado na nota explicativa 5, em 31 de outubro de 2016 o Fundo possuía investimentos em Cédula de Crédito Imobiliário (“CCI”) emitida pela Abengoa Brasil Administração Predial Ltda. (“Abengoa”) no montante de R\$ 68.523 mil, líquido da provisão para realização, que não vinham sendo pagas pelo emissor. Após acordo extrajudicial entre as partes realizado em 10 de fevereiro de 2017, a Abengoa cedeu ao Fundo o imóvel comercial que estava alienado fiduciariamente como garantia do CCI. O referido imóvel foi registrado à época na rubrica “Imóvel em processo de execução” pelo montante de R\$ 50.438 mil, gerando uma perda de R\$ 18.085 mil para o Fundo. Não nos foram fornecidas documentações suficientes para que pudéssemos concluir sobre a razoabilidade do valor de R\$ 50.438 mil, pelo qual o imóvel recebido por cessão foi avaliado em 31 de outubro de 2017, bem como o seu impacto no resultado do exercício findo nessa data, no montante de R\$ 18.438 mil; b) Transferência da propriedade do imóvel: A transferência definitiva da propriedade do imóvel executado ainda não foi registrada pelo cartório de registro de imóveis competente, pois o imóvel possui uma averbação de indisponibilidade, decorrente de processos judiciais trabalhistas movidos contra a Abengoa. A transferência definitiva do imóvel depende da conclusão desses processos; c)

Assessores jurídicos: Não obtivemos resposta à carta de confirmação enviada ao assessor jurídico do Fundo, solicitando informações sobre processos movidos contra o fundo e respectivos prognósticos de perda. Consequentemente, não foi possível concluir se existem eventuais ativos e passivos não registrados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras do Fundo. Além disso o relatório continha a seguinte Ênfase de desenquadramento: Por tratar-se de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da Instrução CVM 356 e alterações posteriores, uma parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido deve ser destinada para aplicação em direitos creditórios. Em 31 de outubro de 2017, em função do recebimento do imóvel comercial alienado fiduciariamente como garantia da CCI mencionada na Nota Explicativa 5, o Fundo possuía 98,75% de seu patrimônio líquido aplicado em imóveis. Neste contexto, o fundo encontrava-se desenquadrado em 31 de outubro de 2017. Dessa forma, não nos foi possível avaliar e quantificar os eventuais efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no saldo do investimento registrado pela Fundação em 31 de dezembro de 2018.

- II. A Fundação em 31 de dezembro de 2018 possui investimentos no Fundo Ático Geração de Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no montante de R\$ 11.117 mil, que representa 1,37% do Patrimônio Social da Fundação. As últimas demonstrações financeiras auditadas apresentadas desse Fundo foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório adverso, datado de 15 de janeiro de 2019, contendo a limitação sobre o seguinte assunto: Conforme descrito na nota explicativa n: 4, em 30 de junho de 2017 o Fundo possuía participação em ações de companhias de capital fechado no montante de R\$344.270 mil registrados pelo seu valor justo, determinado por empresa independente especializada considerando a data-base de 31 dezembro de 2014, que representava 101,87% do patrimônio líquido do Fundo. Conforme descrito na nota explicativa n: 18, subsequente a 30 de junho de 2017, o Fundo atualizou o preço das ações de companhias de capital fechado para o montante de R\$274.733 mil mediante laudo de avaliação elaborado com data-base de 30 de junho de 2017, realizado por outra empresa independente especializada. Com base na documentação suporte para a avaliação do investimento recebida durante os procedimentos de auditoria, bem como o laudo de avaliação subsequente elaborado por empresa independente, verificamos que existe grande volatilidade e subjetividade na definição das premissas para a avaliação deste investimento, no que tange, dentre outros fatores, a taxa de desconto e quanto às projeções de novos contratos e crescimentos do mercado de energia renovável. A divergência de tais premissas, em nossa análise, gera uma diferença a menor de R\$130.908 mil em relação ao valor de investimento contabilizado no Fundo em 30 de junho e 2017, indicando um registro superavaliado do mesmo. Além disso o relatório continha os seguintes parágrafos de Ênfases: (i) Antecipação da adoção da Instrução CVM no 579: Conforme descrito na nota explicativa no 2, o Fundo adotou de forma antecipada os dispositivos da Instrução CVM no 579, de 30 de agosto de 2016 referente a divulgação das demonstrações financeiras do Fundo em 30 de junho de 2017. A respectiva instrução entrou em vigor na data da sua publicação, aplicando-se aos períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto; (ii) Evento subsequente: Conforme descrito na nota explicativa no 18, o prazo do Fundo se encerrou em 14 de setembro de 2017, e, através de Assembleia Geral de Cotistas de 14 de dezembro de 2017, os cotistas deliberaram sobre a prorrogação do Fundo até 29 de junho de 2018. Em nova Assembleia Geral de Cotistas de 25 de julho de 2018 foi deliberado que o prazo de duração do Fundo se prorrogue por mais 12 meses, ou seja, até 29 de junho de 2019. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto; e (iii) Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Também conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o Fundo apresenta ausência de caixa e recursos para o pagamento de suas obrigações. Desta forma, a continuidade das operações do Fundo, bem como o pagamento de suas despesas operacionais, depende de novos aportes de recursos pelos seus cotistas. Nossa

opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Dessa forma, não nos foi possível avaliar e quantificar os eventuais efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no saldo do investimento registrado pela Fundação em 31 de dezembro de 2018.

- III. A Fundação em 31 de dezembro de 2018 possui investimentos no Fundo Energia PCH Fundo de Investimento em Participações no montante de R\$ 33.830 mil, que representa 4,18% do Patrimônio Social da Fundação. As últimas demonstrações financeiras auditadas apresentadas desse Fundo foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com ressalva, datado de 05 de maio de 2017, contendo o seguinte assunto: Em 31 de março de 2016, o Fundo detinha 161.820.000 ações da Juruena Participações e Investimentos S.A. (“Juruena”) no montante de R\$ 464.361 mil, segundo o Regulamento do Fundo, as ações da Juruena são registradas com base no valor econômico determinado por laudo de avaliação elaborado por empresa especializada. No entanto, em 31 de março de 2016 as ações não foram ajustadas pelo seu valor econômico determinado por laudo de avaliação. Conforme descrito nota explicativa nº 16, com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada em 5 de janeiro de 2017, o valor dos investimentos na Jureana em 31 de março de 2016 é de R\$ 189.240 mil. Conseqüentemente o valor do investimento, resultado e patrimônio líquido do fundo em 31 de março de 2016, está superavaliado em R\$ 275.121 mil. Além disso o relatório continha os seguintes parágrafos de Ênfases: (i) Ações de companhia fechada: Conforme descrito na nota explicativa nº 3b, as ações de companhias fechadas DESA Térmicas Desenvolvimento Energético S.A., DESA Rios das Garças Desenvolvimento Energético S.A e da Tetrahedron S.A., sem cotação em bolsa, são mantidas pelo seu valor de custo de aquisição, deduzidas quando for aplicável, de provisão pra recuperação ao valor de realização. Conseqüentemente, quando da efetiva realização dos investimentos, os valores poderão vir a ser substancialmente diferentes daqueles registrados. Nossa opinião não contém modificações em função deste assunto; e (ii) Investidas em fase de desenvolvimento: Em 31 de março de 2016 o Fundo possui investimentos em ações da DESA Térmicas Desenvolvimento Energético S.A., DESA Rios das Garças Desenvolvimento Energético S.A. e Tetrahedron S.A. nos montantes de R\$ 15.300 mil, R\$ 11.700 mil e R\$ 1.802 mil representando 1,83%, 1,40% e 0,21% do patrimônio líquido, respectivamente. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em 31 de março de 2016, as companhias encontram-se em fase de desenvolvimento, não havendo geração de receita operacional. A obtenção de receitas depende do sucesso das operações em desenvolvimento e futuras, portanto, até que as operações se tornem rentáveis, as companhias dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros em montantes suficientes para suprir as despesas relacionadas ao cumprimento de seus objetivos sociais. Assim, a continuidade operacional da companhia depende do sucesso de seus planos de desenvolvimento. Nossa opinião não contém modificações em função deste assunto. Dessa forma, não nos foi possível avaliar e quantificar os eventuais efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no saldo do investimento registrado pela Fundação em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 19 de março de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 08 de março de 2019.



bakertilly
auditores independentes



Cristina Braga de Oliveira

Contadora – CRCMG 079371/O-6

baker tilly auditores independentes

CRC MG - 005.455/O-1